



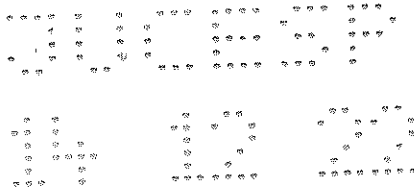
JUCESP PROTOCOLO
2.655.385/22-6



COMERCIAL SILVESTRE PEÇAS PARA TRATORES LTDA-EPP
C.N.P.J. Nº 05.134.979/0001-04
N.I.R.E. Nº 35217614115

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA

Pelo presente Instrumento Particular de Alteração Contratual ; **LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA COSTA** brasileiro (nascido em 08/06/1977 – São Paulo/SP) , solteiro , maior, do comércio , portador da Carteira de Identidade R.G. nº 28.777.036-9 SSP/SP (04/05/1992) , e do C.P.F. nº 279.434.798-58 , residente nesta Capital do Estado de São Paulo à Rua Tito , nº 1.062 – Aptº 63 – Vila Romana – CEP 05051-001 ; e **INÊS SILVESTRE DE PAULO** , brasileira (nascida em 05/01/1959 – Campos Novos Paulista/SP) , casada (Regime Comunhão Parcial de Bens) , do comércio , portadora da Carteira de Identidade R.G. nº 20.008.674-1 SSP/SP (03/05/1996) e do C.P.F. nº 125.032.368-12 , residente nesta Capital do Estado de São Paulo à Rua Jorge de Freitas , nº 132 – Vila União – CEP 02911-030 ; únicos sócios componentes da sociedade limitada, denominada “ **COMERCIAL SILVESTRE PEÇAS PARA TRATORES LTDA-EPP** ”, com sede social à Rua Jorge de Freitas nº 132 –



Vila União — CEP 02911-030 , nesta Capital do Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas C.N.P.J./MF sob o nº 05.134.979/0001-04 , e Inscrição Estadual sob o nº 116.408.789.115 , conforme Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35217614115 em sessão de 20/06/2002 , e demais Alterações sob o nº 172.138/03-6 em sessão de 21/08/2003 , 298.944/04-2 em sessão de 17/06/2004 , e 334.848/04-0 em sessão de 05/07/2004 , 365.815/09-3 em sessão de 22/09/2009 e 488.743/12-6 em sessão de 07/11/2012 ; resolvem de comum acordo alterar o Contrato Social e Alterações , mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Os sócios resolvem aumentar o Capital Social de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais) para R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) em moeda corrente do País , no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e Cinquenta mil reais) , pelos sócios: **LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA COSTA** , a importância de R\$ 143.650,00 (Cento e quarenta e três mil, seiscentos e cinquenta reais) ; e **INES SILVESTRE DE PAULO**, a importância de R\$ 106.350,00 (Cento e seis mil, trezentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

Assim sendo a Cláusula Terceira do Contrato Social, passa a ter a seguinte redação

RECIBO
14 12 22

O Capital Social e de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) , divididos em 500.000 (Quinhentas mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma , subscritas e inteiramente integralizadas em moeda corrente do País , e assim distribuídas entre os sócios:

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA COSTA	287.300 quotas = R\$ 287.300,00
INES SILVESTRE DE PAULO	212.700 quotas = <u>R\$ 212.700,00</u>
Totais	500.000 quotas = R\$ 500.000,00

§ ÚNICO – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas , mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, na forma do Artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro , Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002 .

CLÁUSULA TERCEIRA

Considerando a presente Alteração , os sócios decidem consolidar o Contrato Social , adaptado ao Código Civil Brasileiro , regulamentado pela Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002 , que passará a vigorar com a seguinte redação:

JUCESP
14 12 22

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA
COMERCIAL SILVESTRE PEÇAS PARA TRATORES LTDA-EPP

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Sociedade destina-se ao ramo de Comércio Varejista de Máquinas , Veículos e Tratores para Terraplanagem , Movimentação de Materiais para Agricultura, Peças e Afins , Óleos e Lubrificantes , Serviços Mecânicos, Locação de Máquinas para Terraplanagem e Motores em Geral, com sede à Rua Jorge de Freitas, nº 132 – Vila União – CEP 02911-030, nesta Capital do Estado de São Paulo , sendo o prazo de duração da sociedade por tempo indeterminado.

CLÁUSULA SEGUNDA

A Sociedade girará sob a denominação social de “ **COMERCIAL SILVESTRE PEÇAS PARA TRATORES LTDA-EPP**”, de cuja firma farão uso todos os sócios, sendo o uso da assinatura em conjunto , ficando desde já proibidos o emprego em negócios estranhos a sociedade , tais como: avais, fianças, abonos ou endossos em geral . Para fins do disposto, do Artigo 37 , Inciso 2º da Lei nº 8934/94 , com redação dada pelo Artigo 4º da Lei nº 10.194/01 , os sócios declaram sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer o Comércio ou a Administração da Sociedade Mercantil, em virtude de condenação criminal ou por encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar , de prevaricação , peita ou suborno, concussão , peculato , ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional , contra

JUCESP
14 12 22

normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. Art. 1011 § 1º da Lei 10406/2002).

CLÁUSULA TERCEIRA

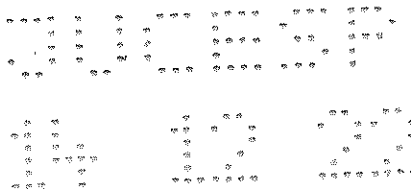
O Capital Social é de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) divididos em 500.000 (Quinhentas mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma, subscritas e inteiramente integralizadas em moeda corrente do País e assim distribuídas entre os sócios:

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA COSTA	287.300	quotas = R\$ 287.300,00
INES SILVESTRE DE PAULO	212.700	quotas = <u>R\$ 212.700,00</u>
Totais	500.000	quotas = R\$ 500.000,00

§ ÚNICO – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, na forma do Artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro, Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002.

CLÁUSULA QUARTA

Para suas despesas particulares, os sócios terão direito a uma retirada mensal a título de Pró Labore, de acordo com as possibilidades financeiras da sociedade, que serão levadas a conta de Despesas Gerais.



CLÁUSULA QUINTA

Anualmente, em 31 de Dezembro, se procederá um Balanço Geral da sociedade, sendo os Lucros ou Prejuízos verificados, divididos ou suportados pelos sócios nas proporções das quotas de Capital Social de cada um.

CLÁUSULA SEXTA

A cessão de qualquer das quotas fica dependendo do consentimento expresso do outro sócio, ao qual é reservado o direito de preferência em igualdade de condição. O sócio que desejar ceder as suas quotas, comunicá-lo-á, por escrito ao sócio, declarando o preço que lhe é oferecido e convidando-o a usar o direito de preferência, no prazo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA

No caso de falecimento de um dos sócios, os seus herdeiros ou sucessores exercerão, em comum, os direitos do falecido, enquanto a quota de Capital estiver indivisa, sendo certo que, por este motivo, não se procederá a liquidação da sociedade, mas far-se-á uma apuração de haveres do sócio falecido, a fim de ser levado a inventário, cabendo a sua sucessão a quem, por partilha for nomeado.

CLÁUSULA OITAVA

A administração e a gerencia da sociedade será exercida

RECIBO
14 12 22

pelos sócios: LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA COSTA e INES SILVESTRE DE PAULO, e não serão permitidos administradores não sócios, sendo que os sócios assinarão sempre em conjunto, fazendo uso da denominação social, praticando atos necessários para representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado, entretanto, o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais.

§ ÚNICO – Em suas deliberações os sócios administradores adotarão preferencialmente a forma que estabelece no § 3º, do Artigo 1.072 do Código Civil Brasileiro, Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.

CLÁUSULA NONA

Fica eleito o foro desta Capital, e no caso de divergências entre os sócios, estas serão resolvidas por intermédio de árbitros nomeados pelos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA


As cláusulas e condições omissas neste Contrato, serão regidas pelo Código Civil Brasileiro, Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.

E, por estarem assim justos e contratados, em perfeito acordo de tudo o que neste Instrumento Particular foi lavrado, as partes obrigam-se a cumprir na sua totalidade o presente Contrato, assinando


na presença de 2 (duas) testemunhas, em 3 (três) vias de igual teor e ordem ficando uma das vias arquivada e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, para que possa produzir os devidos efeitos legais.

São Paulo, 25 de Novembro de 2022.

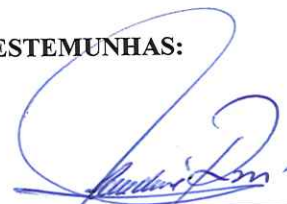
440

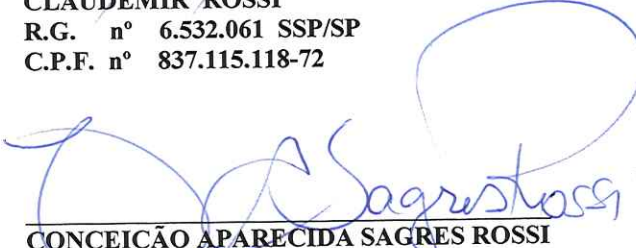

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA COSTA
R.G. nº 28.777.036-9 SSP/SP
C.P.F. nº 279.434.798-58

440


INES SILVESTRE DE PAULO
R.G. nº 20.008.674-1 SSP/SP
C.P.F. nº 125.032.368-12

TESTEMUNHAS:


CLAUDEMIR ROSSI
R.G. nº 6.532.061 SSP/SP
C.P.F. nº 837.115.118-72


CONCEIÇÃO APARECIDA SAGRES ROSSI
R.G. nº 6.737.897 SSP/SP
C.P.F. nº 003.528.628-82

